

O TRATAMENTO DA ORTOGRAFIA NA BNCC E NA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE RECIFE

Tarciana Pereira da Silva Almeida¹
Sheila Cristina da Silva Barros²

Prefeitura do Recife- Email: tarciana_almeida@hotmail.com
Prefeitura do Recife- Email: scsb.84@gmail.com

Resumo: O presente estudo apresenta uma comparação entre o que está apresentado para o tratamento da ortografia nos anos iniciais do ensino fundamental em dois documentos que normatizam o ensino. O objetivo do estudo foi comparar como é orientado o ensino de ortografia do 1º ao 5º ano do ensino fundamental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Ela se constituiu em uma pesquisa qualitativa, tratando-se de uma análise documental da BNCC e da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife. Os resultados evidenciaram que a ortografia aparece na BNCC, com indicações de uma progressão de ensino e com a descrição das habilidades a serem trabalhadas. Na Política de Ensino de Recife, apesar de orientar o trabalho em Língua Portuguesa por uma perspectiva mais interacionista, ela traz a ortografia de forma muito genérica, não auxiliando os docentes quanto as regularidades que devem ser trabalhadas a cada ano.

Palavras-chave: Ortografia, Base Nacional Comum Curricular, documentos curriculares.

1. INTRODUÇÃO

Aprender a escrever é um processo complexo, que exige um grande esforço cognitivo por parte dos aprendizes, que precisam compreender as propriedades do sistema de escrita alfabético e, após o aprendizado das relações entre sons e letras, precisam aprender sobre a norma ortográfica do português. Conforme afirma Nunes (1992, p. 26) “Ao descobrir a natureza alfabética do sistema de escrita que utilizamos, a criança ainda não dominará a ortografia nem a leitura e ainda terá muito o que aprender”.

Mas do que tratamos quando falamos em ortografia? Compreendemos, assim como Soares (2016, p.88), ortografia como o “sistema de representação das palavras em escritas alfabéticas”. Então, ao referirmo-nos à ortografia, estamos pensando nas representações fonográficas existentes e que são regidas pelas normas ortográficas das diferentes línguas.

A ortografia surgiu devido a uma falta de homogeneidade na linguagem oral, de um ponto de vista sincrônico, já que a modalidade oral apresenta, em um mesmo momento histórico, variações em virtude do espaço geográfico, grupos sociais, situações comunicativas, idade, grau de escolarização, dentre outros aspectos. (MORAIS, 1995; BAGNO, 1999)

A ortografia surgiu para unificar, na escrita, as diferentes maneiras de falar dos usuários

de uma mesma língua (MORAIS, 1998), mas ela foi arbitrada, fruto de um gesto político, sendo resultado de negociações geopolíticas, econômicas e ideológicas (BAGNO, 1999), como é o exemplo da norma adotada atualmente pelos países falantes de língua portuguesa que passou por vários anos de negociação até que fosse estabelecido o acordo ortográfico vigente desde 2009.

Nossa norma ortográfica, segundo a classificação de Morais (1995; 1998) é composta por regularidades, que podem ser compreendidas a partir de princípios gerativos e por irregularidades, as quais não tem nenhuma regra que justifique seu uso e cujo aprendizado depende apenas da memorização.

Essa classificação divide as regularidades em: **regularidades diretas** (onde não há competição entre letras, mas onde os pares mínimos costumam causar confusão entre os estudantes: “P/B; T/D; F/V e M/N(em início de palavras)”); **regularidades contextuais** (que se relacionam à posição em que a letra ou dígrafo ocupam na palavra) e **regularidades morfológico-gramaticais** (que relacionam-se à categoria gramatical da palavra). Já as irregularidades, conforme afirmamos, englobam todas as correspondências fonográficas que fogem às regularidades da norma ortográfica.

Até o final da década de 1980, a ortografia não era “ensinada”. Os professores exigiam dos alunos a escrita correta, mas não havia ensino, e sim a memorização de lista de palavras e ditados, onde os aprendizes tinham que copiar repetidamente, de forma correta, as palavras que haviam escrito erroneamente durante o ditado. Segundo os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (BRASIL-MEC, 1997), foi a partir da década de 1990 que houve um aumento no número de pesquisas que intentavam descobrir didáticas promotoras da aprendizagem da ortografia.

A partir desse período, com o surgimento de pesquisas que tratavam de seu ensino e aprendizagem (MORAIS, BIRUEL, 1998; MELO, REGO, 1998; MORAIS, 1999; MOURA, 1999; MELO, 2001), a ortografia foi sendo pensada como um objeto de ensino e que poderia ser ensinada por meio da reflexão e de modo sistemático.

Morais (1998) definiu princípios para orientar práticas pedagógicas que promovessem esse ensino reflexivo. Os princípios gerais, segundo o autor, são: 1) necessidade das crianças conviverem com modelos de escrita onde apareça a norma ortográfica; 2) promoção da explicitação dos conhecimentos dos aprendizes sobre a ortografia e; 3) definição de metas para o rendimento ortográfico ao longo da escolaridade. Ele apresentou também os seguintes princípios relativos ao encaminhamento das situações de ensino e aprendizagem: 1) reflexão

sobre ortografia em todos os momentos de escrita; 2) permissão da escrita espontânea das crianças; 3) não usar a nomenclatura gramatical como requisito para aprendizagem das regras contextuais e morfológico-gramaticais; 4) promoção de discussão coletiva dos conhecimentos ortográficos das crianças; 5) uso de registro escrito das descobertas das crianças sobre as regras; 6) trabalho em duplas ou pequenos grupos e; 7) consideração do rendimento heterogêneo dos alunos na definição de metas de ensino.

De um modo geral, a orientação é que se comece a ensinar a ortografia, de forma sistemática, quando o aprendiz tiver atingido uma hipótese de escrita alfabética, pois terá construído a maior parte das relações som/letra.

Tendo em vista que o ensino de ortografia deve ser sistemático, é importante que haja um planejamento que auxilie os docentes quanto a que tipo de regras explorar a cada ano da escolaridade. Os professores que, enquanto estudantes, não tiveram um ensino reflexivo e que, muitas vezes, não sabem como a norma ortográfica se organiza para que consiga trabalhar as especificidades de cada regularidade de forma diferenciada, precisam de instrumentos curriculares que norteiem esse ensino, com a definição de metas.

Esse estudo surgiu da nossa necessidade, enquanto professoras da Rede Municipal de Ensino de Recife, de refletirmos sobre a orientação da Política de Ensino dessa rede para o ensino de ortografia, bem como a de verificarmos como ele está organizado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada recentemente.

Esse trabalho tem como objetivo comparar o tratamento dado à ortografia, nos anos iniciais, tanto na BNCC como na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife.

2. METODOLOGIA

Para darmos conta do objetivo proposto nesse estudo, fizemos a adoção de uma abordagem qualitativa de pesquisa que, segundo Minayo (2001, p. 22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

O método utilizado para o presente estudo é o da análise documental, que segundo Bardin (1977, p. 45), é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Desse modo, analisamos na Base Nacional Comum Curricular, as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades referentes ao ensino de ortografia do 1º ao 5º ano do ensino fundamental que estão associadas às representações fonográficas das palavras,

desconsiderando aqui o que, mesmo que no documento se denomine uma habilidade de ortografia, não tratar dessas relações, tais como pontuação e acentuação. No entanto, trataremos como ortografia, as habilidades relacionadas à morfossintaxe e de formação de palavras que auxiliem o aprendiz a compreender as regularidades morfológico-gramaticais.

Na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, procuramos no eixo Análise Linguística os conteúdos que se relacionam a essas relações fonográficas, que nesse documento aparecem como conhecimentos metafonológicos, flexão dos nomes e verbos, concordância nominal e verbal e normas básicas de ortografia.

Vejamos, a seguir, os dados encontrados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na BNCC, a ortografia está contida no eixo Conhecimentos linguísticos e gramaticais e, segundo esse documento, a aprendizagem da ortografia e da pontuação deve ser contextualizada no desenvolvimento da leitura e da escrita. O documento diz que “a aprendizagem das regras ortográficas é parte indissociável do processo de alfabetização, que pode se iniciar com a apresentação de algumas regras básicas para a compreensão do sistema de escrita [...] (BRASIL, 2017, p. 69).

Há na Base Nacional Comum Curricular, associada a cada eixo de ensino, a presença de unidades temáticas, que relacionam-se, por sua vez, a objetos de conhecimento e habilidades que os estudantes devem desenvolver.

Percebemos nesse documento que, algumas unidades temáticas, apesar de não estarem diretamente associadas à ortografia, traziam habilidades importantes para pensar no ensino ortografia de uma forma reflexiva e dentro da classificação de Morais (1995; 1999), que parece ter sido utilizada.

As habilidades foram listadas no quadro 1, mas com um código que indica o nível de ensino, o ano, o componente curricular e o número de cada habilidade. Como exemplo, citamos a habilidade EF01LP29, que indica a aglutinação dessas informações acima, que significam Ensino Fundamental (*EF*), 1º ano (*01*), Língua Portuguesa (*LP*) e o número da habilidade (*29*).

Podemos observar no quadro 1, que desde o 1º ano há habilidades que precisam ser desenvolvidas pelos estudantes de forma a fazer relações fonográficas e que apresentam um caráter de progressão entre os anos. Uma habilidade esperada para o 1º ano, a EF01LP29 relaciona-se às regularidades diretas, descritas por Morais (1998), enquanto que para o 2º ano,

a habilidade EF02LP29, além de prever o ensino de regularidades diretas, há também algumas regularidades contextuais e indica a memorização de palavras com irregularidades ortográficas. Vemos que para o 3º ano estão previstas habilidades relacionadas às regularidades contextuais e algum trabalho com as regularidades morfológicas e irregularidades. No 4º e no 5º ano podemos observar que o documento orienta o trabalho com as regularidades contextuais e morfológicas, com a discriminação de que regras devem ser trabalhadas a cada ano.

QUADRO 1- Tratamento da ortografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades
Apropriação do sistema de ensino alfabética	Consciência grafofonêmica	(EF01LP29) Identificar fonemas e sua representação por letras comparando unidades sonoras (palavras) com significados próprios, mas que se diferenciam por apenas um fonema/letra (como <i>faca/vaca, mola/sola/cola/bola, mapa/mala</i>).
		(EF02LP29)- Ler e escrever palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (f, v, t, d, p, b) e correspondências regulares contextuais (c e g; e e o em posição átona em final de palavra).
		(EF03LP23) Ler e escrever palavras com correspondências regulares contextuais entre grafemas e fonemas: c/qu; g/gu; r/rr; s/ss; o e não u, e e não i em sílaba átona em final de palavra, e com marcas de nasalidade (til, m, n) e com os dígrafos lh, nh, ch.
Ortografia	Estruturas silábicas	(EF02LP34) Ler e escrever corretamente palavras com marcas de nasalidade (til, m, n) (EF02LP35)- Memorizar a grafia de palavras frequentes no ambiente escolar e nos textos lidos na sala de aula, independentemente da estrutura silábica e de correspondências irregulares fonema-grafema.
	Uso do dicionário	(EF03LP24) Recorrer ao dicionário para esclarecer dúvida sobre a escrita de palavras, especialmente no caso de palavras com relações irregulares fonema-grafema.
	Consciência grafofonêmica	(EF04LP23) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares e contextuais. (EF04LP24) Ler e escrever, corretamente, palavras com sílabas VV e CVV em casos nos quais a combinação VV (ditongo) é reduzida na língua oral (ai, ei, ou). (EF04LP25) Memorizar a grafia de palavras de uso frequente nas quais as relações fonema-grafema são irregulares e com h inicial que não representa fonema. (EF05LP27) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares e contextuais e palavras de uso frequente com correspondências irregulares
Processo de formação e significado de palavras	Derivação prefixal e sufixal	(EF03LP33) Reconhecer prefixos e sufixos produtivos na formação de palavras derivadas de substantivos, de adjetivos e de verbos, utilizando-os para compreender palavras e para formar novas palavras. (EF04LP29) Reconhecer e grafar, corretamente, palavras derivadas com os sufixos -agem, -oso, -eza, -izar/-isar.
	Derivação e composição	(EF05LP32) Diferenciar palavras primitivas, derivadas e compostas, e derivadas por adição de prefixo e de sufixo.
Morfossintaxe	Tempos verbais	(EF05LP34) Identificar a expressão de presente, passado e futuro em tempos verbais do modo indicativo.

	Concordância nominal e verbal	(EF04LP32) Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre sujeito (substantivo ou pronome pessoal) e verbo (concordância verbal). (EF05LP35) Flexionar, adequadamente, na escrita e na oralidade, os verbos em concordância com pronomes pessoais sujeitos da frase.
--	-------------------------------	--

Na proposta de ensino de Recife, a ortografia está dentro do eixo “Análise linguística” e nela há uma reflexão sobre a língua “a partir de seus usos em situações de interação comunicativa”. Na organização dessa proposta encontramos os conteúdos relativos a cada ano escolar, bem como os direitos e objetivos de aprendizagem a eles relacionados.

A ortografia só aparece enquanto conteúdo a partir do 2º ano do ensino fundamental, depois que as crianças puderam, ao longo do 1º ano, estabelecer relações som/letra e terem avançado no processo de apropriação do sistema de escrita alfabético, diferentemente da BNCC que traz, desde o 1º ano do ensino fundamental reflexões sobre as correspondências fonográficas diretas (regularidades diretas).

Tendo em vista as correspondências morfológico-gramaticais colocamos, no quadro 2, os conteúdos referentes às flexões de palavras e concordâncias que têm que ser refletidas para se compreender às regularidades que regem a escrita de palavras de caráter morfológico.

QUADRO 2- O tratamento da ortografia na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife

Ano	Conteúdo	Direitos de aprendizagem	Objetivos de aprendizagem
2º	Princípios básicos do sistema de escrita alfabética	Apropriar-se das convenções do sistema alfabético de escrita	Ler e escrever, percebendo que uma mesma letra pode representar sons diferentes, dependendo de sua posição na palavra.
	Conceitos básicos de ortografia: uso de letras maiúsculas e minúsculas		Compreender os princípios do sistema de escrita, escrevendo pequenos textos, utilizando a hipótese de escrita alfabética e, com apoio do(a) professor(a), as convenções ortográficas
3º	Conhecimentos metafonológicos: semelhanças e diferenças sonoras entre as palavras, valores sonoros convencionais das letras	Apropriar-se das convenções da Língua Portuguesa	Compreender os princípios do sistema de escrita, escrevendo pequenos textos, utilizando a hipótese de escrita alfabética com domínio das convenções ortográficas
	Flexão das palavras e concordância: plural, tempo e pessoas verbais		Observar a concordância verbal em frases e textos
4º/5º	Flexão dos nomes e verbos	Apropriar-se das convenções da Língua Portuguesa	Observar, em textos de diversos gêneros, a flexão das palavras quanto ao gênero, ao número e ao tempo
	Concordância nominal e concordância verbal		Observar a concordância dos termos nas práticas de leitura e produção de textos orais e escritos

	Normas básicas de ortografia		Utilizar, adequadamente, as normas ortográficas em favor da produção de sentido no texto
--	------------------------------	--	--

Ao analisar o quadro acima, pode-se constatar que não há um direcionamento, na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife para o ensino de ortografia. Fala-se de ortografia de um modo muito genérico e há certa confusão no que se apresenta como conteúdo do 2º ano, posto que se considera o emprego de letras maiúsculas e minúsculas como algo ortográfico. Esse emprego é, de fato, uma convenção, mas não está relacionado à ortografia.

É importante que o docente tenha clareza de que regras deve trabalhar a cada ano, e a definição de um princípio de progressão por entre os anos de ensino.

Acreditamos que, no tocante à ortografia, a Base Nacional Comum Curricular avança no sentido de especificar quais seriam as habilidades ortográficas que deveriam ser objeto de ensino a cada ano, não deixando a encargo do professor a definição das regras ortográficas sobre as quais os aprendizes precisam refletir e utilizar de forma adequada.

CONCLUSÕES

Considerando que estamos imersos em uma cultura onde a escrita tem grande importância é necessário que auxiliemos nossos alunos na construção de competências que o levem a ser um produtor de textos proficiente e, para isso, eles tem que ter conhecimentos vários que os possibilitem isso, e o conhecimento ortográfico é um deles.

Apesar de nos anos 1990 os estudos que apontaram para a necessidade de um ensino de ortografia sistemático e reflexivo, pesquisas também evidenciam que esses estudos ainda não chegaram às salas de aula. Não houve ainda um investimento em formação de professores que contemplasse o pensar sobre o ensino ortográfico e os professores tendem a tentar trabalhar com esse objeto de conhecimento de forma meio intuitiva, de acordo com suas próprias iniciativas que se aproximam da temática.

Desse modo, torna-se de fundamental importância que as redes de ensino consigam subsidiar o professor em seu fazer pedagógico acerca desse ensino de ortografia. Uma das formas de promover esse subsídio é a elaboração de propostas curriculares que norteiem os conteúdos ortográficos que devem ser trabalhados a cada ano de escolaridade. A outra forma, também de extrema relevância, seria promoção de formações continuadas para discutir acerca

da temática.

Ao analisar os documentos curriculares aos quais nos propomos, verificamos que a proposta presente na Política de Ensino da Rede Municipal de Ensino não consegue apresentar aos docentes uma indicação de metas de ensino das regularidades e irregularidades ortográficas a serem atingidas nos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto que a BNCC evidenciou uma preocupação quanto a esse aspecto.

Finalizamos esse estudo reiterando a importância de tratar a ortografia como um objeto de ensino, com sistematicidade e com a delimitação de um planejamento que contemple as dificuldades dos aprendizes e os auxilie na compreensão da norma ortográfica, tendo como princípio a reflexão sobre a mesma.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**. O que é, como se faz. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1999
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>
- MELO, Janaína Paz de. **Alternativas didáticas para o ensino das regras ortográficas de tipo morfológico**: Um Estudo em Didática da Língua Portuguesa. Dissertação de Mestrado: UFPE, 2001.
- MELO, Kátia Leal Reis de; REGO, Lúcia Lins Browne. Inovando o ensino da ortografia na sala de aula. **Cadernos de Pesquisa**, n.105, Nov. 1998
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Representaciones infantiles sobre la ortografía del portugués**. Universidad de Barcelona. Tesis doctoral no publicada, 1995.
- _____. **Ortografia**: ensinar e aprender. 4.ed.São Paulo:Ática, 1998.
- _____. **Ortografia como objeto de reflexão**: quando o ensino ajuda o aprendiz a explicitar seus conhecimentos sobre a norma. 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, setembro, 1999.
- MORAIS, Artur Gomes de; BIRUEL, Aparecida. **Como os professores das séries iniciais**

concebem e praticam o ensino e a aprendizagem da ortografia. IX ENDIPE, 1998.

MOURA, Edilza de. **Repensando o ensino e a aprendizagem da ortografia.** Monografia de Especialização: UFPE, 1999

NUNES, Terezinha. Leitura e escrita: processos e desenvolvimento. In: ALENCAR, Eunice Soriano de (Org.) **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 1992.

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Recife: Secretaria de Educação, 2015.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.